

## **Demonstrações Financeiras**

### **Agreste Saneamento S.A.**

**31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente**

**Demonstrações financeiras**  
31 de dezembro de 2022

**Índice**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..... 1**

**Demonstrações financeiras**

Balanco patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração do fluxo de caixa .....	8

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

1. Informações sobre a Companhia .....	10
2. Políticas contábeis .....	11
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas .....	34
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	35
5. Depósitos bancários vinculados .....	35
6. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro .....	35
7. Fornecedores e outras contas a pagar .....	36
8. Empréstimos e financiamentos .....	36
9. Obrigações fiscais .....	37
10. Provisão para perdas em causas judiciais .....	38
11. Patrimônio líquido .....	38
12. Gerenciamento de capital .....	40
13. Instrumentos financeiros .....	40
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	47
15. Receita operacional líquida .....	48
16. Custos e despesas .....	48
17. Receitas financeiras e despesas financeiras .....	48
18. Partes relacionadas .....	49
19. Cobertura de seguros .....	50
20. Compromissos .....	50

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos administradores e acionistas da  
**Agreste Saneamento S.A.**  
Arapiraca - AL

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Agreste Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agreste Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras**

Chamamos atenção à nota explicativa 2.20 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção em algumas premissas adotadas para o cálculo do ativo financeiro de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, descritos na referida nota explicativa. Em 31 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras sem modificação, da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 05 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O



Lázaro Angelim Serruya  
Contador CRC-DF015801/O

## Agreste Saneamento S.A.

### Balço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>		<b>(reapresentado)</b>	<b>(reapresentado)</b>	<b>Circulante</b>		<b>(reapresentado)</b>	<b>(reapresentado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.147	10.340	Fornecedores e outras contas a pagar	7	4.001	3.599
Contas a receber e outros recebíveis	6	8.088	7.549	Empréstimos e financiamentos	8	9.849	9.545
Ativo financeiro	6	17.314	14.150	Passivo de arrendamento		302	294
Impostos e contribuições a recuperar		4.179	3.087	Obrigações fiscais	9	3.164	2.645
Outros ativos		1.326	1.022	Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.728	1.728
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>43.054</b>	<b>36.148</b>	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	11 c	1.523	7.522
<b>Não circulante</b>				Outras obrigações		1.878	1.185
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>22.445</b>	<b>26.518</b>
Contas a receber e outros recebíveis	6	2.656	2.986	<b>Não circulante</b>			
Ativo financeiro	6	324.635	279.446	Empréstimos e financiamentos	8	133.405	140.092
Depósitos bancários vinculados	5	5.716	5.152	Passivo de arrendamento		174	1.069
Impostos e contribuições a recuperar		6.122	5.096	Obrigações fiscais	9	31.905	27.684
Outros ativos		1.201	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	56.347	36.819
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>340.330</b>	<b>292.680</b>	Provisão para perdas com causas judiciais	10	30	256
Imobilizado		699	522	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>221.861</b>	<b>205.920</b>
Ativo de direito de uso		451	1.299	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível		3	6	Capital social	11	44.721	44.721
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>341.483</b>	<b>294.507</b>	Reservas de lucros		95.510	53.496
<b>Total do ativo</b>		<b>384.537</b>	<b>330.655</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>140.231</b>	<b>98.217</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>244.306</b>	<b>232.438</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>384.537</b>	<b>330.655</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	107.320	57.388
Custo dos serviços prestados	16	(23.885)	(20.005)
<b>Lucro bruto</b>		<b>83.435</b>	<b>37.383</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	16	(8.311)	(8.184)
Outras receitas (despesas)		16	(6)
		(8.295)	(8.190)
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>75.140</b>	<b>29.193</b>
Receitas financeiras	17	1.957	727
Despesas financeiras	17	(15.177)	(13.673)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(13.220)</b>	<b>(12.946)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
		<b>61.920</b>	<b>16.247</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(378)	607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(19.528)	(3.127)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>42.014</b>	<b>13.727</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Agreste Saneamento S.A.



### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

---

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>(reapresentado)</b>	<b>(reapresentado)</b>
Lucro líquido do exercício	<u>42.014</u>	<u>13.727</u>
Resultado abrangente total	<u><u>42.014</u></u>	<u><u>13.727</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Agreste Saneamento S.A.



### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva Legal	Incentivos fiscais	Reserva especial de dividendos	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	11	44.721	8.281	8.596	-	30.254	-	91.852
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.727	13.727
Constituição de reservas		-	663	-	-	5.702	(6.365)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(7.362)	(7.362)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 - reapresentado</b>	11	<b>44.721</b>	<b>8.944</b>	<b>8.596</b>	-	<b>35.956</b>	-	<b>98.217</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	42.014	42.014
Constituição de reservas		-	-	983	21.007	20.024	(42.014)	-
Reclassificação entre reservas		-	-	2.432	-	(2.432)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 - reapresentado</b>	11	<b>44.721</b>	<b>8.944</b>	<b>12.011</b>	<b>21.007</b>	<b>53.548</b>	-	<b>140.231</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>61.920</b>	<b>16.247</b>
Provisão para perdas com causas judiciais	10	(226)	256
Depreciação e amortização		516	486
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		(68)	3
PIS e COFINS diferidos	9	4.521	10.344
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	6	(88.945)	(44.301)
Juros sobre atualização dos impostos a recuperar		(140)	(2)
Juros incorridos de financiamentos	8	15.039	13.566
Outras despesas		-	677
		<b>(7.383)</b>	<b>(2.724)</b>
Variações em:			
Aumento em contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro	6	(48.562)	(9.375)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recuperar		(1.978)	(2.929)
Aumento em outros ativos		(1.505)	(99)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	7	402	1.843
Aumento em outras obrigações		693	520
Redução (aumento) em obrigações fiscais	9	219	(633)
		<b>(58.114)</b>	<b>(13.397)</b>
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	6	88.945	44.301
Impostos de renda e contribuição social pagos		(378)	671
Juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamento	8	(12.807)	(9.495)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>17.646</b>	<b>22.080</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de ativo imobilizado		(336)	(288)
Depósitos bancários vinculados	5	(564)	(199)
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(900)</b>	<b>(487)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de financiamentos	8	(8.940)	(12.052)
Dividendos e juros capital próprio pagos	11 c	(5.999)	(11.100)
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(14.939)</b>	<b>(23.152)</b>
<b>Aumento (redução) líquidos em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.807</b>	<b>(1.559)</b>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	10.340	11.899
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>4</b>	<b>12.147</b>	<b>10.340</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Informações sobre a Companhia**

### **1.1. Operações gerais**

A Agreste Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela Administração em 05 de abril de 2024.

### **1.2. Contexto operacional**

A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, quando os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

### **1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19**

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o segundo ano pós impactos trazidos pela pandemia do Covid-19, os seus efeitos financeiros e econômicos ainda continuam apesar de gradualmente em declínio. Embora de alguma forma não ter sofrido alterações, eventuais mudanças adicionais nas estimativas podem refletir na mensuração dos ativos e passivos podem ser necessárias. A Companhia avaliou e considera que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## **2. Políticas contábeis**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2. Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

### **2.3. Receita de contrato com cliente**

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, ao qual, de acordo com o ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contrato de Concessão, foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação.

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita são apresentadas a seguir.

#### **a) Receita de construção**

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais *gross up* do pis e cofins.

Para mensuração da receita de construção diretamente relacionada a ativos intangíveis, a Companhia estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

	<b>Taxa de desconto</b>
Agreste Saneamento S.A.	<b>11,85%</b>

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela CASAL.

## **2.4. Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

## **2.5. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de impostos a recuperar;

- Ajuste a valor presente de contas a receber;
- Despesas com juros sobre financiamentos; e
- Outras despesas e receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

## 2.6. Tributos

### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

## **2.7. Distribuição de lucros**

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.



## 2.8. Imobilizado

### a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

### c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **2.9. Intangível**

### a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **2.10. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### a) Ativos financeiros

#### i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

*Ativos financeiros ao custo amortizado*

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam

exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa e depósitos bancários vinculados.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.11. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

## **2.12. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

### **2.13. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

### **2.14. Provisões**

#### **a) Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **b) Provisão para perdas com causas judiciais**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **2.15. Benefícios a empregados**

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós emprego.

## **2.16. Ajustes a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## **2.17. Arrendamento**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O



custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Veículos: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham

opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### **2.18. Custo de empréstimos e financiamentos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

### **2.19. Classificação circulante versus não circulante**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### **2.20. Reapresentação das demonstrações financeiras**

A administração da Companhia identificou ajustes que afetam os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Consequentemente, a Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras de acordo com o previsto no CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação

das Demonstrações Contábeis.

Foi identificado que algumas premissas adotadas para o cálculo do ativo financeiro na Companhia não estavam coerentes com a norma contábil IFRIC 12 (ICPC 01). Tais premissas foram alteradas objetivando a fidedignidade para com a norma contábil supracitada.

As correções foram realizadas com a rerepresentação de cada uma das linhas afetadas nas demonstrações financeiras, da seguinte forma:

# Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais



Ativo	Nota	Original	Ajustes	Reapresentado	Passivo	Nota	Original	Ajustes	Reapresentado
		01/01/2021	01/01/2021	01/01/2021			01/01/2021	01/01/2021	01/01/2021
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.899	-	11.899	Fornecedores e outras contas a pagar	7	1.756	-	1.756
Contas a receber e outros recebíveis	6	29.745	(23.730)	6.015	Empréstimos e financiamentos	8	8.683	-	8.683
Ativo financeiro	6	-	13.122	13.122	Obrigações fiscais	9	2.852	(1.219)	1.633
Impostos e contribuições a recuperar		313	825	1.138	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.664	1.664
Outros ativos		902	-	902	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	11 c	12.365	-	12.365
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>42.859</b>	<b>(9.783)</b>	<b>33.076</b>	Outras obrigações		665	-	665
					<b>Total do passivo circulante</b>		<b>26.321</b>	<b>445</b>	<b>26.766</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>					Empréstimos e financiamentos	8	150.298	-	150.298
Contas a receber e outros recebíveis	6	368.437	(365.087)	3.350	Obrigações fiscais	9	37.722	(19.842)	17.880
Ativo financeiro	6	-	272.269	272.269	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	57.864	(24.173)	33.691
Depósitos bancários vinculados	5	4.953	-	4.953	Provisão para perdas com causas judiciais	10	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		8	4.106	4.114	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>245.884</b>	<b>(44.015)</b>	<b>201.869</b>
Outros ativos		21	-	21					
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>373.419</b>	<b>(88.712)</b>	<b>284.707</b>	<b>Patrimônio líquido</b>				
					Capital social	11	44.721	-	44.721
Imobilizado		1.070	-	1.070	Reservas de lucros		102.056	(54.925)	47.131
Ativo de direito de uso		1.623	-	1.623	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>146.777</b>	<b>(54.925)</b>	<b>91.852</b>
Intangível		11	-	11	<b>Total do passivo</b>		<b>272.205</b>	<b>(43.570)</b>	<b>228.635</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>376.123</b>	<b>(88.712)</b>	<b>287.411</b>					
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>418.982</b>	<b>(98.495)</b>	<b>320.487</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>418.982</b>	<b>(98.495)</b>	<b>320.487</b>					

# Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais



Ativo	Nota	Original 2021	Ajustes 2021	Reapresentado 2021	Passivo	Nota	Original 2021	Ajustes 2021	Reapresentado 2021
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.340	-	10.340	Fornecedores e outras contas a pagar	7	3.599	-	3.599
Contas a receber e outros recebíveis	6	34.567	(27.018)	7.549	Empréstimos e financiamentos	8	9.545	-	9.545
Ativo financeiro	6	-	14.150	14.150	Passivo de arrendamento		294	-	294
Impostos e contribuições a recuperar		1.525	1.562	3.087	Obrigações fiscais	9	3.827	(1.182)	2.645
Outros ativos		1.022	-	1.022	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.728	1.728
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>47.454</b>	<b>(11.306)</b>	<b>36.148</b>	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	11 c	7.522	-	7.522
					Outras obrigações		1.185	-	1.185
<b>Não circulante</b>					<b>Total do passivo circulante</b>		<b>25.972</b>	<b>546</b>	<b>26.518</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>					<b>Não circulante</b>				
Contas a receber e outros recebíveis	6	398.354	(395.368)	2.986	Empréstimos e financiamentos	8	140.092	-	140.092
Ativo financeiro	6	-	279.446	279.446	Passivo de arrendamento		1.069	-	1.069
Depósitos bancários vinculados	5	5.152	-	5.152	Obrigações fiscais	9	40.550	(12.866)	27.684
Impostos e contribuições a recuperar		-	5.096	5.096	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	68.746	(31.927)	36.819
Outros ativos		-	-	-	Provisão para perdas com causas judiciais	10	256	-	256
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>403.506</b>	<b>(110.826)</b>	<b>292.680</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>250.713</b>	<b>(44.793)</b>	<b>205.920</b>
Imobilizado		522	-	522	<b>Patrimônio líquido</b>				
Ativo de direito de uso		1.299	-	1.299	Capital social	11	44.721	-	44.721
Intangível		6	-	6	Reservas de lucros		131.381	(77.885)	53.496
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>405.333</b>	<b>(110.826)</b>	<b>294.507</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>176.102</b>	<b>(77.885)</b>	<b>98.217</b>
					<b>Total do passivo</b>		<b>276.685</b>	<b>(44.247)</b>	<b>232.438</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>452.787</b>	<b>(122.132)</b>	<b>330.655</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>452.787</b>	<b>(122.132)</b>	<b>330.655</b>

## Agreste Saneamento S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



Ativo	Nota	Original 2022	Ajustes 2022	Reapresentado 2022	Passivo	Nota	Original 2022	Ajustes 2022	Reapresentado 2022
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.147	-	12.147	Fornecedores e outras contas a pagar	7	4.001	-	4.001
Contas a receber e outros recebíveis	6	39.391	(31.303)	8.088	Empréstimos e financiamentos	8	9.849	-	9.849
Ativo financeiro	6	-	17.314	17.314	Passivo de arrendamento		302	-	302
Impostos e contribuições a recuperar		634	3.545	4.179	Obrigações fiscais	9	3.637	(473)	3.164
Outros ativos		1.326	-	1.326	Imposto de renda e contribuição social a pagar		234	1.494	1.728
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>53.498</b>	<b>(10.444)</b>	<b>43.054</b>	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	11 c	1.523	-	1.523
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>					<b>Outras obrigações</b>				
Contas a receber e outros recebíveis	6	428.844	(426.188)	2.656	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>21.424</b>	<b>1.021</b>	<b>22.445</b>
Ativo financeiro	6	-	324.635	324.635	<b>Não circulante</b>				
Depósitos bancários vinculados	5	5.716	-	5.716	Empréstimos e financiamentos	8	133.405	-	133.405
Impostos e contribuições a recuperar		-	6.122	6.122	Passivo de arrendamento		174	-	174
Outros ativos		1.201	-	1.201	Obrigações fiscais	9	43.489	(11.584)	31.905
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>435.761</b>	<b>(95.431)</b>	<b>340.330</b>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	79.222	(22.875)	56.347
<b>Imobilizado</b>					<b>Provisão para perdas com causas judiciais</b>				
Imobilizado		699	-	699	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>256.320</b>	<b>(34.459)</b>	<b>221.861</b>
Ativo de direito de uso		451	-	451	<b>Patrimônio líquido</b>				
Intangível		3	-	3	Capital social	11	44.721	-	44.721
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>436.914</b>	<b>(95.431)</b>	<b>341.483</b>	Reservas de lucros		167.947	(72.437)	95.510
<b>Total do ativo</b>					<b>Total do patrimônio líquido</b>				
		<b>490.412</b>	<b>(105.875)</b>	<b>384.537</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>212.668</b>	<b>(72.437)</b>	<b>140.231</b>
					<b>Total do passivo</b>				
						<b>277.744</b>	<b>(33.438)</b>	<b>244.306</b>	
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>				
						<b>490.412</b>	<b>(105.875)</b>	<b>384.537</b>	

## Agreste Saneamento S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		Original	Ajustes	Reapresentado
Impacto no resultado	Nota	2021	2021	2021
Receita operacional líquida	15	89.765	(32.377)	57.388
Custo dos serviços prestados	16	(20.871)	866	(20.005)
<b>Lucro bruto</b>		<b>68.894</b>	<b>(31.511)</b>	<b>37.383</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas administrativas e gerais	16	(8.184)	-	(8.184)
Outras receitas (despesas)		(6)	-	(6)
		<b>(8.190)</b>	<b>-</b>	<b>(8.190)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>60.704</b>	<b>(31.511)</b>	<b>29.193</b>
Receitas financeiras	17	727	-	727
Despesas financeiras	17	(13.673)	-	(13.673)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(12.946)</b>	<b>-</b>	<b>(12.946)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>47.758</b>	<b>(31.511)</b>	<b>16.247</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(190)	797	607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(10.881)	7.754	(3.127)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>36.687</b>	<b>(22.960)</b>	<b>13.727</b>

## Agreste Saneamento S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

<b>Impacto no resultado</b>	<b>Nota</b>	<b>Original 2022</b>	<b>Ajustes 2022</b>	<b>Reapresentado 2022</b>
Receita operacional líquida	15	96.041	11.279	107.320
Custo dos serviços prestados	16	(24.992)	1.107	(23.885)
<b>Lucro bruto</b>		<b>71.049</b>	<b>12.386</b>	<b>83.435</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas administrativas e gerais	16	(8.311)	-	(8.311)
Outras receitas (despesas)	16	16	-	16
		<b>(8.295)</b>	<b>-</b>	<b>(8.295)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>62.754</b>	<b>12.386</b>	<b>75.140</b>
Receitas financeiras	17	1.957	-	1.957
Despesas financeiras	17	(15.177)	-	(15.177)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(13.220)</b>	<b>-</b>	<b>(13.220)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>49.534</b>	<b>12.386</b>	<b>61.920</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(2.492)	2.114	(378)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(10.476)	(9.052)	(19.528)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>36.566</b>	<b>5.448</b>	<b>42.014</b>

A reapresentação não impactou outros resultados abrangentes ou as atividades operacionais, de investimento e financiamento do fluxo de caixa.



### 2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

### 2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.

#### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impacto nas operações da Companhia.

#### Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- ii. Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) – Nota 6;
- iii. Provisões para perdas de causas judiciais – Nota 10;

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média de remuneração	2022	2021
<b>Caixa</b>			
Saldo bancários		137	391
<b>Equivalentes de caixa</b>			
Certificado de depósito bancário	12,39% 2022 e 4,34% 2021	12.010	9.949
<b>Total</b>		<b>12.147</b>	<b>10.340</b>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

#### 5. Depósitos bancários vinculados

Depósitos bancários vinculados	Taxa média de remuneração	2022	2021
Fundos de investimento	12,97% 2022 e 4,38% 2021	5.716	5.152
<b>Total</b>		<b>5.716</b>	<b>5.152</b>

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto à Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas.

Tais recursos retidos, quando desbloqueado ou se substituído por outra garantia, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção do sistema adutor do Agreste e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

#### 6. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro

	2022	2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Recebíveis de contratos de concessão	717	-
Direitos a faturar contratos de concessão	43.386	44.048
(-) Ajuste a valor presente	(7.253)	(7.407)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(26.106)	(26.106)
Circulante	8.088	7.549
Não circulante	2.656	2.986
<b>Total</b>	<b>10.744</b>	<b>10.535</b>
<b>Ativo financeiro</b>		
Ativo financeiro	341.949	293.596
Circulante	17.314	14.150
Não circulante	324.635	279.446

A composição por vencimento dos recebíveis é como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	2022	2021
A vencer	17.997	17.942
Acima de 360 dias	26.106	26.106
<b>Total</b>	<b>44.103</b>	<b>44.048</b>

Os valores acima apresentados na movimentação e composição por vencimento dos recebíveis não contemplam as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber e o ajuste a valor presente.

## 7. Fornecedores e outras contas a pagar

	2022	2021
Fornecedores diversos	3.929	3.268
Outras contas a pagar	72	331
<b>Total</b>	<b>4.001</b>	<b>3.599</b>

## 8. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

### a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Linha de crédito	Indexador	Juros médios	Vencimento	2022	2021
		a.a. (%)			
Contrato de financiamento e repasse - CEF	TR	10,33	2035	142.117	147.130
Cédula de crédito		11,75	2023	114	250
Cédula de crédito	IPCA	7,50	2023	1.023	2.257
Circulante				9.849	9.545
Não circulante				133.405	140.092
<b>Total</b>				<b>143.254</b>	<b>149.637</b>

As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas (vide nota explicativa nº 5).

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 150 meses
Empréstimos e financiamentos	143.254	9.849	8.309	8.821	9.365	9.943	96.967
<b>Total</b>	<b>143.254</b>	<b>9.849</b>	<b>8.309</b>	<b>8.821</b>	<b>9.365</b>	<b>9.943</b>	<b>96.967</b>

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 162 meses
Empréstimos e financiamentos	149.637	9.545	8.834	8.175	8.679	9.214	105.190
<b>Total</b>	<b>149.637</b>	<b>9.545</b>	<b>8.834</b>	<b>8.175</b>	<b>8.679</b>	<b>9.214</b>	<b>105.190</b>

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>157.352</b>	<b>1.629</b>	<b>171.346</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Amortização do principal	(11.786)	(266)	(12.052)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(11.786)</b>	<b>(266)</b>	<b>(12.052)</b>
<b>Outras variações</b>			
Provisão de juros	13.422	144	13.566
Pagamento de juros	(9.351)	(144)	(9.495)
<b>Total de outras variações</b>	<b>4.071</b>	<b>-</b>	<b>4.071</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>149.637</b>	<b>1.363</b>	<b>163.365</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Amortização do principal	(8.615)	(325)	(8.940)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(8.615)</b>	<b>(325)</b>	<b>(8.940)</b>
<b>Outras variações</b>			
Arrendamento	-	336	336
Baixa de arrendamento	-	(898)	(898)
Provisão de juros	14.941	98	15.039
Pagamento de juros	(12.709)	(98)	(12.807)
<b>Total de outras variações</b>	<b>2.232</b>	<b>(562)</b>	<b>1.670</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>143.254</b>	<b>476</b>	<b>156.095</b>

## 9. Obrigações fiscais

	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	28.561	24.214
Programa de Integração Social (PIS)	6.201	5.249
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio	-	677
PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	91	62
Outros	216	127
Circulante	3.164	2.645
Não circulante	31.905	27.684
<b>Total</b>	<b>35.069</b>	<b>30.329</b>

## 10. Provisão para perdas em causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$30 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 256 em 31 de dezembro de 2021).

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$11.143 em 31 de dezembro de 2022 (R\$10.229 em 31 de dezembro de 2021).

Abaixo descrevemos o processo relevante avaliado como sendo de risco possível:

Existe um processo estimado em R\$5.348. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela Incorporadora Alamedas, a fim de requerer indenização por desapropriação indireta. O objeto da ação consiste em parte de um terreno cedido para a construção da ETA pelo estado, o qual pertencia à CARHP. Tal autarquia é parte em diversas reclamações trabalhistas e, visando a quitação do passivo, o TRT promoveu um leilão do bem, que foi arrematado pela Incorporadora Alamedas. Em 2016, após receber uma notificação extrajudicial para desocupar o referido terreno, iniciaram as providências para a regularização e apresentou contestação. Após a intimação, a Incorporadora Alamedas poderá apresentar réplica. Após apresentação de réplica, houve nomeação de perito. Foi apresentado quesitos e assistente técnico e o processo aguarda perícia.

## 11. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$44.721, representado por 44.720.746 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2021), pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022	2021
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

### b) Reservas de lucros

	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Reserva legal	8.944	8.944
Reserva de Incentivos fiscais	12.011	8.596
Reserva especial de dividendos	21.007	-
Reserva de retenção de lucros	53.548	35.956
<b>Total</b>	<b>95.510</b>	<b>53.496</b>

#### Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

#### Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2021, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

#### Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

#### c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, uma vez que o índice de cobertura de serviço da dívida – ICSD foi atendido para os exercícios de 2022 e 2021.

A Companhia atribuiu dividendos conforme abaixo:

	2022	2021
Juros sobre capital próprio atribuídos	-	7.362
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.362</b>



Tendo em vista a necessidade da Companhia de manter os recursos necessários para os investimentos a serem realizados no ano de 2023 e liquidação dos financiamentos de curto prazo, a administração entende que a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia.

A Companhia não propôs os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro líquido do exercício e a parcela dos lucros não distribuída foi destinada a constituição de reserva especial de dividendos no valor de R\$21.007.

## 12. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Total do passivo	244.306	232.438
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados	(17.863)	(15.492)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	226.443	216.946
Total do patrimônio líquido (B)	140.231	98.217
<b>Índice de alavancagem (A/B)</b>	<b>1,61</b>	<b>2,21</b>

## 13. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta a classificação dos valores contábeis relativos a ativos e passivos financeiros.

(reapresentado)	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
				(reapresentado)	(reapresentado)		
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.010	9.949	137	391	-	-
Depósitos bancários vinculados	5	5.716	5.152	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	10.744	10.535	-	-
Ativo financeiro	6	-	-	341.949	293.596	-	-
<b>Ativos financeiros</b>		<b>17.726</b>	<b>15.101</b>	<b>352.830</b>	<b>304.522</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	7	-	-	-	-	4.001	3.599
Empréstimos e financiamentos	8	-	-	-	-	143.254	149.637
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	476	1.363

---

Passivos financeiros	-	-	-	-	147.731	154.599
----------------------	---	---	---	---	---------	---------

---

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, até o 5º dia útil a Companhia comunica à CEF, o valor da contraprestação pecuniária a ser recebida, na hipótese de controversa ao valor da contraprestação.

Mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e desta forma, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2017, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato estarão suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir 63º mês do contrato relativo ao capex adicional. Eventuais diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.147	10.340
Depósitos bancários vinculados	5	5.716	5.152
Contas a receber e outros recebíveis	6	10.744	10.535
Ativo financeiro	6	341.949	293.596
Circulante		37.549	32.039
Não circulante		333.007	287.584
<b>Total</b>		<b>370.556</b>	<b>319.623</b>

iii) *Risco de liquidez*

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	Nota	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	8	143.254	149.637
Passivo de arrendamento		476	1.363
Fornecedores e outras contas a pagar	7	4.001	3.599
Circulante		14.152	13.438
Não circulante		133.579	141.161
<b>Total</b>		<b>147.731</b>	<b>154.599</b>

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 150 meses
Empréstimos e financiamentos	143.254	229.200	20.981	19.587	19.357	19.112	18.852	131.311
Fornecedores	4.001	4.001	4.001	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>147.255</b>	<b>233.201</b>	<b>24.982</b>	<b>19.587</b>	<b>19.357</b>	<b>19.112</b>	<b>18.852</b>	<b>131.311</b>

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 162 meses
Empréstimos e financiamentos	149.637	246.723	21.194	20.659	19.272	19.045	18.804	147.749
Fornecedores	3.599	3.599	3.599	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>153.236</b>	<b>250.322</b>	<b>24.793</b>	<b>20.659</b>	<b>19.272</b>	<b>19.045</b>	<b>18.804</b>	<b>147.749</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.010	9.949
Depósitos bancários vinculados	5	5.716	5.152
Recebíveis de contratos de concessão	6	44.103	44.048
Ativo financeiro	6	341.949	293.596
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos	8	143.140	149.387

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos - reapresentado	Exposição em 2022	Risco	Cenários									
			Provável				Apreciação das taxas			Depreciação das taxas		
			%	Valor	%	Valor	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%		
<b>Ativos financeiros</b>												
Aplicações financeiras	12.010	CDI	12,39	1.488	15,49	1.860	18,59	2.233	9,29	1.116	6,19	743
Depósitos bancários vinculados	5.716	CDI	12,97	741	16,21	927	19,46	1.112	9,73	556	6,48	370
Recebíveis de contratos de concessão	44.103	IPCA	5,79	2.554	7,24	3.193	8,69	3.833	4,34	1.914	2,89	1.275
Ativo financeiro	341.949	IPCA	5,79	19.799	7,24	24.757	8,69	29.715	4,34	14.841	2,89	9.882
<b>Total</b>	<b>403.778</b>			<b>24.582</b>		<b>30.737</b>		<b>36.893</b>		<b>18.427</b>		<b>12.270</b>
<b>Passivos financeiros</b>												
FCP - SAN	(142.117)	TR	1,63	(2.317)	2,04	(2.899)	2,45	(3.482)	1,22	(1.734)	0,81	(1.151)
Cédula de crédito	(1.023)	IPCA	5,79	(59)	7,24	(74)	8,69	(89)	4,34	(45)	2,89	(29)
<b>Total</b>	<b>(143.140)</b>			<b>(2.376)</b>		<b>(2.973)</b>		<b>(3.571)</b>		<b>(1.779)</b>		<b>(1.180)</b>
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>260.638</b>			<b>22.206</b>		<b>27.764</b>		<b>33.322</b>		<b>16.648</b>		<b>11.090</b>

## Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---



---

Impacto no resultado e no patrimônio líquido	5.558	11.116	(5.558)	(11.116)
--	-------	--------	---------	----------

---

#### 14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	1.042	1.663	-	-	(621)	1.663
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	8.876	8.875	-	-	1	-
Ajuste a valor presente	2.466	2.518	-	-	(52)	(40)
Outras diferenças temporárias	271	253	-	-	18	105
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	69.002	50.128	(18.874)	(4.855)
<b>Total</b>	<b>12.655</b>	<b>13.309</b>	<b>69.002</b>	<b>50.128</b>	<b>(19.528)</b>	<b>(3.127)</b>
Compensação (*)	(12.655)	(13.309)	(12.655)	(13.309)	-	-
<b>Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56.347</b>	<b>36.819</b>	<b>(19.528)</b>	<b>(3.127)</b>

(\*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação passiva, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva	2022	2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Resultado do exercício antes dos impostos	61.920	16.247
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Despesa com imposto à alíquota normal</b>	<b>(21.053)</b>	<b>(5.524)</b>
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	(62)	(71)
Subvenção governamental	983	-
Outros	226	3.075
Imposto corrente	(378)	607
Imposto diferido	(19.528)	(3.127)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32%</b>	<b>16%</b>



## 15. Receita operacional líquida

Receita líquida	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Serviços	28.691	27.794
Ativo financeiro	88.945	44.301
Construção	1.639	1.535
Impostos sobre os serviços prestados	(11.955)	(16.242)
<b>Total</b>	<b>107.320</b>	<b>57.388</b>

## 16. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Custo de construção	(11.087)	(10.709)
Depreciação e amortização	(516)	(486)
Serviços de terceiros	(4.319)	(3.114)
Pessoal	(12.405)	(10.010)
Taxas de fiscalização	(524)	(818)
Energia elétrica	(889)	(1.032)
Materiais	(2.202)	(1.602)
Outras	(254)	(418)
<b>Total</b>	<b>(32.196)</b>	<b>(28.189)</b>

Custo dos serviços prestados	(23.885)	(20.005)
Despesas administrativas e gerais	(8.311)	(8.184)

## 17. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Ajuste de valor presente	154	116
Juros sobre aplicações financeiras	1.548	568
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	140	2
Outras receitas financeiras	115	41
<b>Total</b>	<b>1.957</b>	<b>727</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(15.039)	(13.567)
Despesas de operações com partes relacionadas	-	(31)
Outras despesas financeiras	(138)	(75)
<b>Total</b>	<b>(15.177)</b>	<b>(13.673)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(13.220)</b>	<b>(12.946)</b>

## 18. Partes relacionadas

### a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

### b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas administrativas e gerais”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2022	2021
Remuneração da diretoria	666	531
Participação nos lucros e resultados	602	204
Encargos Sociais	254	139
Benefícios diretos e indiretos	46	37
<b>Total</b>	<b>1.568</b>	<b>911</b>

### c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos respectivos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Resultado	
	2022	2021
<b>Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos</b>		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a) (2.306)	(1.890)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b) 85	(56)
Mútuos	(c) -	(36)
<b>Total</b>	<b>(2.221)</b>	<b>(1.982)</b>

(a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio.

(b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes.

(c) Refere-se a juros sobre mútuo com a controladora Iguá que foi constituído e quitado durante o exercício de 2021.

### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar apresentado no balanço patrimonial de R\$1.523 está líquido do montante de R\$5.999 pagos à Iguá Saneamento S.A. até 31 de dezembro de 2022 (R\$7.522 em 31 de dezembro de 2021).

## **19. Cobertura de seguros**

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

## **20. Compromissos**

### Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

### **Composição da Diretoria**

#### **Diretoria**

Angela Cristina Lins da Silva  
Marcello Cardoso Silva Almeida

#### **Contador**

Thiago Araujo Barner  
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0